

HABEAS CORPUS Nº 514.402 - MG (2019/0163436-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : ANTONIO MARCOS DE SOUSA TERRA E OUTROS
ADVOGADOS : ANTONIO MARCOS DE SOUSA TERRA - MG127142
GERALDO DE MOURA SANTOS JUNIOR - MG146958
RAFAELA SOUZA TERRA - MG169740
NAYARA SOUZA FERREIRA - MG176250
THEO DE SOUZA PEREIRA - MG185188
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : J L DA C (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de J. L. DA C. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n.º 1.0000.19.007681-0/000.

Colhe-se nos autos que, em 18/01/2019, o Juiz de primeiro grau condenou o Paciente pela prática de crimes previstos no art. 217-A (consumado e na forma tentada), à pena de 10 (dez) anos e 8 (oito) meses de reclusão. Na sentença, foi determinada a sua prisão preventiva.

Contra essa decisão a Defesa impetrou o *writ* em que foi proferido o acórdão denegatório ora impugnado.

Na presente impetração, sustenta-se, em síntese, que "*o paciente permaneceu em liberdade durante toda a instrução criminal, e somente em sentença, em decisão genérica, o magistrado a quo determinou a prisão, a qual, diga se de passagem deve ser exceção*" (fl. 5).

Requer-se, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

É o relatório do necessário. Passo a decidir o pedido de provimento urgente.

Não está configurado um dos pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar, qual seja, o *fumus boni iuris*, pois o direito invocado não é de reconhecimento que se mostra prontamente inequívoco.

Em consulta ao *site* do Tribunal impetrado, constata-se que em 06/06/2019 foi determinada, no Juízo de primeiro grau, a expedição de guia de execução provisória nos autos do Processo-crime n.º 0016351-91.2018.8.13.0515 – o que pode

demonstrar que a jurisdição ordinária já está exaurida.

Outrossim, a Defesa, na inicial do *habeas corpus*, **nada esclareceu sobre a tramitação do recurso de apelação**, devendo prevalecer, portanto, ao menos para fins do presente juízo precário, que na hipótese não se trata mais tão somente de prisão preventiva.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, notadamente sobre os andamentos do procedimento criminal em segundo grau de jurisdição, oportunidade em que fornecerá a chave ou senha de acesso às informações processuais, caso seja necessário.

Oficie-se, ainda, ao Juiz de primeiro grau, para que preste esclarecimentos sobre o andamento do processo-crime e a prisão imposta ao Paciente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora